

# GABARITO

EAP 1º TEN QOPM/QOC - 2008

1ª QUESTÃO	A	B	C	D
2ª QUESTÃO	A	B	C	D
3ª QUESTÃO	A	B	C	D
4ª QUESTÃO	A	B	C	D
5ª QUESTÃO	A	B	C	D
6ª QUESTÃO	A	B	C	D
7ª QUESTÃO	A	B	C	D
8ª QUESTÃO	A	B	C	D
9ª QUESTÃO	A	B	C	D
10ª QUESTÃO	A	B	C	D
11ª QUESTÃO	A	B	C	D
12ª QUESTÃO	A	B	C	D
13ª QUESTÃO	A	B	C	D
14ª QUESTÃO	A	B	C	D
15ª QUESTÃO	A	B	C	D
16ª QUESTÃO	A	B	C	D
17ª QUESTÃO	A	B	C	D
18ª QUESTÃO	A	B	C	D
19ª QUESTÃO	A	B	C	D
20ª QUESTÃO	A	B	C	D

21ª QUESTÃO	A	B	C	D
22ª QUESTÃO	A	B	C	D
23ª QUESTÃO	A	B	C	D
24ª QUESTÃO	A	B	C	D
25ª QUESTÃO	A	B	C	D
26ª QUESTÃO	A	B	C	D
27ª QUESTÃO	A	B	C	D
28ª QUESTÃO	A	B	C	D
29ª QUESTÃO	A	B	C	D
30ª QUESTÃO	A	B	C	D
31ª QUESTÃO	A	B	C	D
32ª QUESTÃO	A	B	C	D
33ª QUESTÃO	A	B	C	D
34ª QUESTÃO	A	B	C	D
35ª QUESTÃO	A	B	C	D
36ª QUESTÃO	A	B	C	D
37ª QUESTÃO	A	B	C	D
38ª QUESTÃO	A	B	C	D
39ª QUESTÃO	A	B	C	D
40ª QUESTÃO	A	B	C	D



**EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL (EAP) PARA OS 1º TENENTES DO  
QUADRO DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR (QOPM) E DO QUADRO DE  
OFICIAIS COMPLEMENTARES DA POLÍCIA MILITAR (QOC),  
PARA O ANO DE 2008**

# EAP 1º TEN QOPM/QOC

## CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

**NOME:** \_\_\_\_\_ **Nº POL.:** \_\_\_\_\_

**LOCAL DE PROVA:** \_\_\_\_\_ **SALA:** \_\_\_\_\_

### **INSTRUÇÕES AOS CANDIDATOS:**

1. Abra este caderno de prova somente quando autorizado.
2. Esta prova contém 40 (quarenta) questões valendo 2,5 (dois vírgula cinco) pontos cada.
3. Responda as questões e marque a opção desejada na folha de respostas, usando caneta (tinta azul ou preta).
4. Para cada questão existe somente uma resposta.
5. A prova terá duração de 180 (cento e oitenta) minutos incluindo o preenchimento da folha de respostas.
6. Prova sem consulta.
7. Não será admitido nenhum tipo de rasura na folha de respostas. As questões rasuradas ou em branco ou com dupla marcação serão consideradas nulas para o candidato.
8. É proibido o uso de máquinas calculadoras, telefones celulares ou outros similares.
9. Iniciada a prova, os candidatos somente poderão deixar a sala após transcorrido o tempo mínimo de 01:00 (uma hora).
10. Ao final da prova, entregue ao aplicador a folha de respostas, devidamente preenchida, assinada e conferida.

## EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TEN QOPM e QOC / 2008

### CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

**1ª QUESTÃO** - De acordo com as normas que regulam a elaboração de Sindicância Regular na PMMG é **CORRETO** afirmar que:

- A. ( ) um Sargento da reserva remunerada da PMMG, inativo, poderá, à luz da legislação interna da Instituição, ser designado para elaborar Sindicância Regular envolvendo um Cabo PM da ativa da PMMG.
- B. ( ) a todo adolescente, independente de sua idade, que prestar depoimento em uma Sindicância Regular, não se exigirá o compromisso legal de dizer a verdade.
- C. ( ) comparecendo o sindicato, de livre iniciativa, para, efetivamente, acompanhar a acareação entre duas testemunhas ouvidas nos autos, na etapa acusatória de uma Sindicância Regular, sem ser prévia e regularmente notificado pelo sindicante, o ato será nulo em razão da ausência da referida notificação formal, mesmo que ocorra a sua regular participação no processo.
- D. ( ) um Tenente PM, que é tio da esposa do Cabo PM que foi por ele comunicado disciplinarmente, encontra-se impedido de ser designado como sindicante para apurar referido fato e, ainda, em razão do grau de parentesco, poderá eximir-se da obrigação de depor no referido processo.

**2ª QUESTÃO** - O Procedimento Sumário é o instrumento utilizado pela Administração militar (PMMG) para proceder determinados tipos de apurações e não exige formalidades tão rígidas como uma Sindicância Regular, sendo **CORRETO** afirmar a seu respeito que:

- A. ( ) toda autoridade que, legalmente, possui competência para instaurar um Procedimento Sumário também é competente para solucioná-lo.
- B. ( ) no caso de prática de ato transgressivo de autoria incerta, mesmo sendo o fato disciplinar de natureza grave, o Procedimento Sumário é o meio adequado para apurá-lo.
- C. ( ) não havendo acusado identificado em um Procedimento Sumário, não existe a obrigatoriedade de se formalizar termo de declaração ou depoimento de qualquer outra pessoa nos autos, bastando proceder a elaboração de relatório circunstanciado.
- D. ( ) poderá ser designado um Soldado PM para atuar como escrevente em um Procedimento Sumário, desde que ele seja, obrigatoriamente, mais antigo que o encarregado e o investigado.

### **EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TEN QOPM e QOC / 2008**

**3ª QUESTÃO** - Os processos e procedimentos apuratórios da PMMG apresentam peculiaridades que devem ser observadas pelo encarregado da apuração, sendo **CORRETO** afirmar a respeito destes, o seguinte:

- A. ( ) se houver necessidade de se proceder a elaboração do Termo de Abertura de Vista em um Procedimento Sumário, deve-se, obrigatoriamente, seguir o rito da etapa acusatória de uma Sindicância Regular até a conclusão dos autos.
- B. ( ) quando forem dois ou mais sindicados, os prazos destinados à Defesa Prévia e Final (RED) deverão ser concedidos em dobro para os militares.
- C. ( ) se aquele que realizar a apuração for amigo íntimo do sindicado, os autos, ao final, estarão nulos, em razão da incidência de impedimento, devendo, em qualquer hipótese, ser refeito todo o processo, caso a transgressão não esteja prescrita.
- D. ( ) **após concluída a sindicância, poderá a Administração aceitar acordo alusivo à responsabilização dos danos causados à viatura, desde que a formalização alusiva à responsabilidade ocorra antes dos autos terem sido encaminhados à Advocacia Geral do Estado, para acionamento judicial da parte culpada.**

**4ª QUESTÃO** - O Processo Administrativo de Exoneração (PAE) foi instituído na Polícia Militar após a edição do Código de Ética e Disciplina Militares para suprir demanda administrativa da Instituição, sendo **CORRETO** afirmar a seu respeito o seguinte:

- A. ( ) surgindo indícios de prática de transgressão disciplinar por fato conexo com o objeto do PAE, a Autoridade Processante deverá, também, apurá-lo no mesmo processo.
- B. ( ) toda autoridade competente para instaurar PAE, também o é para instaurar Processo Administrativo Disciplinar ( PAD ).
- C. ( ) **a nomeação de defensor dativo para o PAE, quando for o caso regulamentar para procedê-la, deverá ocorrer por ato de nomeação da Autoridade Convocante e não por escolha e designação unilateral da Autoridade Processante.**
- D. ( ) o PAE é destinado apenas a exoneração de militar discente ou de militar que ainda não adquiriu estabilidade na Instituição.

## **EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TEN QOPM e QOC / 2008**

**5ª QUESTÃO** - O Processo Administrativo Disciplinar (PAD) e o Processo Administrativo Disciplinar Sumário (PADS) são elaborados, respectivamente, pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar (CPAD) e pela Autoridade Processante, sendo **CORRETO** afirmar à seus respeitois o seguinte:

- A. ( ) a procuração do defensor (advogado) para atuar em um PAD poderá ser providenciada por meio de instrumento particular.
- B. ( ) esgotado o prazo regulamentar e a sua prorrogação, a Autoridade competente poderá renovar o prazo de conclusão do PAD por haver expressa previsão legal para tanto.
- C. ( ) os prazos destinados à defesa prévia e final (RED), no PADS, e no PAD, interrompem, respectivamente, aqueles prazos regulamentares da Autoridade Processante e da CPAD.
- D. ( ) no PADS que ensejar suspensão da demissão do acusado, por um período de 01(um) ano, no qual houve manifestação da CPAD, do CEDMU e da Autoridade Convocante no mesmo sentido (todos concordando com a medida), a decisão caberá ao Comandante da Região, caso o processo seja de graduado que servir em Unidade que lhe é subordinada.

**6ª QUESTÃO** - O Conselho de Ética e Disciplina Militares da Unidade (CEDMU) é um órgão colegiado que possui o objetivo de assessorar o Comandante nos assuntos de natureza disciplinar, recompensas e recursos disciplinares, analisando e emitindo parecer motivado sobre a documentação que lhe for encaminhada. Assim, é **CORRETO** afirmar a seu respeito que:

- A. ( ) o militar designado para fazer parte do CEDMU deverá estar no conceito "B", com qualquer pontuação, ou no conceito "A".
- B. ( ) todo e qualquer processo ou procedimento disciplinar deverá ser encaminhado ao CEDMU para análise e parecer pertinentes, mesmo no caso em que não for aberta vista ao acusado.
- C. ( ) poderá ser designado Soldado PM para compor CEDMU, desde que ele seja de maior precedência hierárquica do que o militar que tiver seu ato apreciado pelo referido Conselho.
- D. ( ) o CEDMU terá um prazo de 10 (dez) dias para analisar e emitir parecer em PAD e PADS, e 05 (cinco) dias para todos os demais processos e procedimentos administrativos.

**7ª QUESTÃO** - A Disponibilidade Cautelar poderá ser decretada somente pelo Comandante-Geral da Instituição, mas poderá ser, legalmente, solicitada por diversas autoridades, dentre elas, as seguintes:

- A. ( ) o Presidente da Comissão de Processo Administrativo-Disciplinar e o Sindicante.
- B. ( ) o Corregedor da Instituição e o Encarregado de Inquérito Policial Militar.
- C. ( ) o Chefe do Gabinete Militar e o Presidente do Auto de Prisão em Flagrante.
- D. ( ) o Chefe do Estado-Maior da Instituição e a Autoridade Processante do PAE.

## **EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TEN QOPM e QOC / 2008**

**8ª QUESTÃO** - Em relação à recompensa denominada “Dispensa de Serviço”, prevista no inciso II, do §1º, do art. 50, do CEDM, e regulamentada pelo Decreto n.º 42.843/02 é **CORRETO** afirmar que:

- A. ( ) não pode ser concedida a discente durante todo o período em que estiver realizando o curso.
- B. ( ) a dispensa de serviço deverá ser concedida por dia de 24 horas, encerrando-se sempre à meia-noite do dia previsto para o seu término.
- C. ( ) deverá ser procedida prévia apuração do fato ensejador da referida recompensa, por intermédio de Procedimento Sumário ou processo semelhante.
- D. ( ) **concedida a dispensa, por quem de direito, o militar deverá ajustar com seu chefe direto o período de seu gozo.**

**9ª QUESTÃO** - Não concorrerá à promoção e nem será promovido, embora incluído no Quadro de Acesso, o oficial que:

- A. ( ) **estiver interditado judicialmente.**
- B. ( ) encontrar-se “sub judice”, denunciado por crime doloso de qualquer natureza.
- C. ( ) estiver cumprindo sanção de suspensão administrativa, que não couber mais recurso ao escalão superior.
- D. ( ) encontrar-se em licença de qualquer natureza, mesmo obedecidos os requisitos previstos para a referida licença.

**10ª QUESTÃO** - No que se refere à promoção de oficiais na PMMG é **CORRETO** afirmar que:

- A. ( ) os casos de inaptidão física deverão ser atestados somente pelo médico da SAS da Unidade do candidato à promoção, não sendo aceitável documento fornecido por médico conveniado.
- B. ( ) o interstício (período mínimo de permanência no posto) do 1º Tenente PM para Capitão PM é de três anos de permanência na condição de oficial subalterno.
- C. ( ) **a promoção ao posto de Tenente-Coronel PM ocorrerá anualmente, pelo critério de merecimento, não sendo possível a promoção por Antigüidade.**
- D. ( ) o resultado do Exame de Aptidão Profissional aplicado aos 1º Tenentes PM altera a ordem de classificação, por antigüidade, dos citados oficiais.

**11ª QUESTÃO** - No que se refere ao Processo Administrativo-Disciplinar (PAD) é **CORRETO** afirmar que:

- A. ( ) um Capitão PM do QOC (Quadro de Oficiais Complementares) poderá presidir uma CPAD.
- B. ( ) o prazo para apresentação da defesa prévia é de 48 horas (dois dias úteis).
- C. ( ) as resoluções da CPAD deverão ser tomadas sempre por unanimidade de votos e não poderá haver qualquer deliberação com ausência de membro da comissão.
- D. ( ) **é possível proceder a designação formal de escrevente para o PAD, mesmo existindo a figura do escrivão na CPAD.**

## **EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TEN QOPM e QOC / 2008**

**12ª QUESTÃO** - No que se refere à inquirição de testemunhas em uma Sindicância Regular da Instituição é **CORRETO** afirmar que:

- A. ( ) os menores de 18 (dezoito) anos serão ouvidos sempre na condição de informantes.
- B. ( ) o superior hierárquico não poderá prestar depoimento se a sindicância for desenvolvida por militar de menor precedência funcional que a sua.
- C. ( ) o horário regulamentar para audição de testemunhas é o período compreendido entre 06:00 e 18:00 horas.
- D. ( ) **os menores de 14 (quatorze) anos não prestam o compromisso legal de dizer a verdade.**

**13ª QUESTÃO** - A Instrução de Corregedoria n.º 01/05-CPM trouxe informações e orientações complementares a diversos assuntos de natureza administrativa, especialmente disciplinar. Dentre outros, a respeito de Sindicância Regular é **CORRETO** afirmar que:

- A. ( ) a sindicância deverá ser numerada a partir da Portaria, que é a segunda folha inserida nos autos.
- B. ( ) **havendo necessidade de designação de defensor “ad-hoc”, esta deverá ocorrer para fins de elaboração das razões escritas de defesa, sem obrigatoriedade de ser designado em todo decorrer do processo.**
- C. ( ) o rol de testemunha(s) da defesa deverá ser apresentado até o término da etapa apuratória do processo.
- D. ( ) a Sindicância Regular, independente de ter sido desenvolvida ou não a etapa acusatória, deverá, ao final, ser encaminhada ao CEDMU, para análise e parecer pertinentes.

**14ª QUESTÃO** - A acareação, também denominada de confrontação de acareamento, é um meio de prova que pode ser utilizado nas apurações administrativas. A respeito do assunto é **CORRETO** afirmar que:

- A. ( ) a acareação, na seara administrativa, não pode ser realizada entre testemunhas e ofendido, por falta de previsão legal.
- B. ( ) no caso de acareação que envolva testemunha e acusado não há necessidade de se colher o compromisso legal do primeiro, considerando que para o acusado não será exigido idêntico procedimento.
- C. ( ) **a acareação, na prática, poucas vezes atinge o seu intento, pois os acareados, em regra, costumam ratificar o que falaram anteriormente.**
- D. ( ) o valor probatório da acareação é inferior ao da coleta de depoimentos isolados haja vista a natureza e circunstância em que o procedimento é realizado.

## **EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TEN QOPM e QOC / 2008**

**15ª QUESTÃO** - O Procedimento Sumário (PS) é muito utilizado para se proceder a determinados tipos de investigações de natureza administrativa, no âmbito da PMMG. A seu respeito é **CORRETO** afirmar que:

- A. ( ) **existindo acusado e acusador em relação ao fato a ser apurado no PS será exigida a coleta dos Termos de Declarações pelo encarregado.**
- B. ( ) o PS deve ser utilizado somente para casos mais simples e com autoria definida.
- C. ( ) o rito do Procedimento Sumário, quando comprovada a prática de transgressão disciplinar, é o mesmo previsto para a Sindicância Regular.
- D. ( ) é expressamente vedada a elaboração de PS por militar com graduação inferior a 3º Sgt PM.

**16ª QUESTÃO** - No que se refere à interpretação alusiva a entendimento das transgressões disciplinares, em conformidade com a Instrução de Corregedoria n.º 01/05-CPM, é **CORRETO** afirmar que:

- A. ( ) a transgressão prevista no inciso VII, do artigo 13 - “praticar ato violento, em situação que não caracterize infração penal” - é inaplicável na esfera administrativa por ser impossível, na prática, a sua caracterização.
- B. ( ) a transgressão especificada no inciso XV, do artigo 13 - “dormir em serviço” - quando, também, caracterizar crime militar, não possibilitará a responsabilização administrativa por transgressão residual ou subjacente de qualquer natureza ou espécie.
- C. ( ) **a transgressão disciplinar descrita no inciso III, do artigo 15, do CEDM - “deixar de observar princípios de boa educação e correção de atitudes” - poderá, para sua caracterização, ser combinada com os princípios de ética militar citados o artigo 9º do mesmo diploma legal.**
- D. ( ) a transgressão do inciso XX, do artigo 13 - “faltar ao serviço”, deverá ser aplicada, também, à instrução programada, por ser este ato de serviço de natureza militar.

**17ª QUESTÃO** - São princípios que devem ser observados pela autoridade competente que conceder recompensa a militar da Instituição, haja vista sua expressa exigência do Decreto n.º 42.843/02, que regula o assunto:

- A. ( ) **individualidade e oportunidade.**
- B. ( ) proporcionalidade e instrumentalidade.
- C. ( ) merecimento e informalidade.
- D. ( ) justiça e espontaneidade.



## **EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TEN QOPM e QOC / 2008**

**18ª QUESTÃO** - No que se refere à defesa no Processo Administrativo da Exoneração (PAE) é **CORRETO** afirmar que:

- A. ( ) o prazo da defesa prévia é de cinco dias corridos, contados do recebimento dos autos pelo acusado.
- B. ( ) o militar poderá apresentar até três testemunhas de defesa, por acusação que lhe for imputada no processo.
- C. ( ) as testemunhas apresentadas pela defesa não poderão ser ouvidas por precatória, haja vista as peculiaridades deste procedimento.
- D. ( ) o prazo para apresentação da defesa final não será computado naquele destinado ao processo.

**19ª QUESTÃO** - O Processo Administrativo Disciplinar (PAD) apresenta certas peculiaridades semelhantes ao Processo Administrativo de Exoneração (PAE), dentre outras, ressalta-se a seguinte:

- A. ( ) o somatório do prazo regulamentar e respectiva prorrogação é idêntico entre ambos os processos.
- B. ( ) a presença do advogado nos atos instrutórios é obrigatória em ambos os processos.
- C. ( ) toda autoridade que tem competência para instaurar PAE também o tem para instaurar o PAD.
- D. ( ) o recurso de decisão de ambos os processos possuem tramitação idêntica, com efeito suspensivo nas duas instâncias recursais.

**20ª QUESTÃO** – Marque a alternativa **CORRETA**, segundo ensinamentos da Lei n.º 9.455, de 07/04/97, que define os crime de tortura e dá outras providências:

- A. ( ) o crime praticado contra tio ou primo é causa especial de aumento de pena.
- B. ( ) a tortura-prova, a tortura-meio e a tortura-discriminatória são algumas das formas que caracterizam o aludido crime.
- C. ( ) a forma omissiva não foi contemplada pela Lei para a caracterização do crime.
- D. ( ) a condenação a uma pena de 04 (quatro) anos de reclusão pelo crime de tortura acarretará, se fundamentado na sentença, a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para o exercício de um novo cargo pelo mesmo período da pena privativa de liberdade aplicada.

## EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TEN QOPM e QOC / 2008

**21ª QUESTÃO** - Segundo Hélio Pellegrino, “... *não é a conduta arbitrária e, muitas vezes, autoritária e abusiva que permite a subsunção no tipo-de-ilícito da tortura. É necessária uma ação orientada no sentido de obter, alcançar ou produzir sofrimentos físico ou moral intensos e desnecessários à vítima. Na psicanálise, o torturador alimenta-se dos despojos, dos restos do cadáver do ser humano que ele destruiu.*”

Após a leitura dessa consideração, meramente ilustrativa, assinale a alternativa **CORRETA** quanto ao previsto na Lei n.º 9.455, de 07/04/97, que define os crime de tortura e dá outras providências:

- A. ( ) o crime de tortura é inafiançável, entretanto, sujeito à graça ou anistia.
- B. ( ) a lei não admite progressão de regime de pena.
- C. ( ) somente os funcionários públicos e os militares podem ser apenados pelo crime de tortura.
- D. ( ) **as disposições da Lei são aplicáveis mesmo que o crime seja cometido fora do país, mas desde que a vítima seja brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.**

**22ª QUESTÃO** - Considerando que as ações de “adquirir, guardar, ter em depósito, transportar ou trazer consigo drogas sem autorização”, estão presentes tanto na modalidade de consumo pessoal quanto na traficância ilícita, é **CORRETO** afirmar, com base na Lei n.º 13.343, de 23/08/06:

- A. ( ) o local, a quantidade da droga e as circunstâncias de desenvolvimento da ação são irrelevantes, já que ocorrendo qualquer uma das ações acima descritas, patente a configuração do tráfico ilícito de drogas, já que o consumo pessoal está livre da persecução penal em face de sua descriminalização pela Lei.
- B. ( ) **somente a autoridade judiciária definirá, de modo definitivo, qual seria a finalidade da droga apreendida.**
- C. ( ) tanto o usuário quanto o traficante de substância entorpecente poderão ser beneficiados com a redução da pena privativa de liberdade, se houver o enquadramento no instituto da delação premiada previsto no artigo 41 da Lei.
- D. ( ) o local do fato e os antecedentes do agente são alguns dos fatores de indicação do fim a que se destinava a droga apreendida, a ser feita pela autoridade de polícia judiciária, em última e definitiva análise.

### **EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TEN QOPM e QOC / 2008**

**23ª QUESTÃO** - Um rapaz foi apanhado por militares com quantidade ínfima de maconha, substância sabidamente conhecida como droga, com todas as peculiaridades e características direcionadas a ser ele um usuário ou dependente. Como tinham dúvidas sobre o que fazer, acionaram o 1º Tenente PM, comandante do turno, que os orientou. Marque a alternativa que exprime a **CORRETA** orientação dada pelo oficial, de acordo com o que prescreve a Lei n.º 13.343, de 23/08/06:

- A. ( ) liberar o rapaz em razão da quantidade insignificante encontrada, mas, mesmo assim, apreender a droga com o seu encaminhamento à Delegacia de Polícia Civil.
- B. ( ) como não se imporá prisão em flagrante, determinar a guarnição policial que elabore o termo de compromisso do autor para comparecimento em juízo, liberando-o em seguida, mas com a necessária apreensão da droga mediante registro.
- C. ( ) **proceder à condução coercitiva do rapaz para imediato encaminhamento ao juízo competente, juntamente com a droga apreendida, para que a autoridade judiciária, se presente, adote ou determine as providências necessárias a propiciar o processamento e julgamento do agente.**
- D. ( ) liberar o rapaz e destruir a droga, levando em conta a pequena quantidade encontrada em seu poder, circunstanciando essa postura em Boletim de Ocorrência para demonstrar lisura administrativa na atuação policial.

**24ª QUESTÃO** - Durante o cumprimento de um mandado de busca e apreensão expedido pelo juízo competente para tentar desvendar um crime de homicídio praticado em Governador Valadares/MG, um dos militares executores da referida ordem judicial, estando armado e aproveitando-se da confiança que lhe era depositada pelo 1º Tenente PM comandante da operação, apoderou-se, furtivamente, da quantia de R\$ 500,00 (quinhentos reais), em dinheiro, que estava no interior de um cofre localizado num dos quartos da casa que estava sob revista, cujo acesso teve após quebrar a fechadura daquele cômodo que estava trancado. De acordo com as informações contidas no enunciado da questão, é **CORRETO** afirmar que o militar pratica o crime militar de:

- A. ( ) roubo qualificado.
- B. ( ) apropriação indébita simples.
- C. ( ) **furto qualificado.**
- D. ( ) peculato.

## **EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TEN QOPM e QOC / 2008**

**25ª QUESTÃO** – Dentre as afirmações abaixo, alusivas ao Código Penal Militar, estão **CORRETAS**:

- I – Na prevaricação é exigida do agente a satisfação de interesse ou sentimento pessoal.
- II – O crime de inobservância de lei, regulamento ou instrução, para sua configuração, carece de definição expressa da norma ofendida.
- III – O crime de desrespeito a superior somente se aperfeiçoa se for cometido diante de um civil, pelo menos.

- A. (    ) **I e II.**
- B. (    ) I e III.
- C. (    ) II e III.
- D. (    ) I, II e III.

**26ª QUESTÃO** - A incriminação da exigência, direta ou indireta, de vantagem indevida embasada na função policial militar tem por fim resguardar a regularidade da administração militar e, por efeito percussivo, proteger a integridade patrimonial do terceiro. É o genuíno desvio da função policial para esbulhar, na qual o militar está substituindo um valor (interesse social) por um interesse menor, seu ou de outrem. O enunciado acima, com base no Código Penal Militar, refere-se à prática do crime militar de:

- A. (    ) corrupção ativa.
- B. (    ) **concussão.**
- C. (    ) peculato.
- D. (    ) corrupção passiva.

**27ª QUESTÃO** - Em relação ao crime militar de dano simples (artigo 259, do Código Penal Militar) é **CORRETO** afirmar, segundo as disposições aplicações a este tipo penal previstas no Título V, Capítulo VII, Parte Especial, do Código Penal Militar que:

- A. (    ) admite-se a modalidade culposa.
- B. (    ) não existe diferença, para fins de dosimetria na aplicação da pena, se a coisa alheia é particular ou pública.
- C. (    ) a reparação do dano, depois da instauração da ação penal, é uma das causas para que o juiz considere a infração como disciplinar.
- D. (    ) **o valor da coisa alheia é também relevante para que o juiz atenuar a pena a ser aplicada.**

**28ª QUESTÃO** - Um Cabo da Polícia Militar/MG que se recusa identificar-se a um Sargento do Corpo de Bombeiros Militar/MG, fardado, durante uma ocorrência, dirigindo-lhe termos de baixo calão e com frases que expressam a nítida intenção de desqualificar sua autoridade e menosprezá-lo, comete:

- A. (    ) **crime militar de desacato a superior.**
- B. (    ) crime militar de calúnia.
- C. (    ) conduta atípica penalmente.
- D. (    ) crime militar de desrespeito a superior.

## **EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TEN QOPM e QOC / 2008**

**29ª QUESTÃO** - Durante a execução de uma busca pessoal, um dos abordados, embriagado, deu um chute que atingiu de raspão um militar que, em reação, desferiu duas fortes cassetetadas na barriga do oponente com a intenção de fazer cessar aquela conduta arredia, mas que veio ocasionar a morte do ofendido horas depois, em decorrência da ruptura da alça intestinal e peritonite. Diante dessas circunstâncias e dos meios empregados, responderá o militar, durante a fase inquisitorial:

- A. (    ) por crime militar de homicídio qualificado.
- B. (    ) por crime militar de tentativa de homicídio.
- C. (    ) **por crime militar de lesão corporal qualificada pelo resultado.**
- D. (    ) por crime militar de lesão corporal culposa.

**30ª QUESTÃO** - No dia 1º de novembro de 2007 o Sd PM “Faltano Purgosto” não compareceu ao serviço de telefonista, na sala de operações do 60º BPM, previsto para início às 22:00 horas e término às 04:00 horas do dia seguinte.

Com base nessas informações, assinale a alternativa correta quanto ao momento de início da contagem dos dias de ausência e da lavratura do termo de deserção, nesta exata ordem, segundo o Código de Processo Penal Militar:

- A. (    ) **a partir da zero hora do dia 03 de novembro de 2007 / a partir da zero hora do dia 11 de novembro de 2007.**
- B. (    ) a partir da zero hora do dia 02 de novembro de 2007 / a partir da zero hora do dia 10 de novembro de 2007.
- C. (    ) a partir da zero hora do dia 03 de novembro de 2007 / a partir da zero hora do dia 10 de novembro de 2007.
- D. (    ) a partir da zero hora do dia 02 de novembro de 2007 / a partir da zero hora do dia 11 de novembro de 2007.

**31ª QUESTÃO** – Sobre o Código de Processo Penal Militar, complete as lacunas das assertivas adiante, assinalando, ao final, a alternativa que as tornem corretas, na exata ordem em que forem aparecendo:

- A testemunha não será inquirida por mais de \_\_\_\_\_ horas consecutivas, sendo-lhe facultado o descanso de \_\_\_\_\_ hora.
- O \_\_\_\_\_ é o responsável em tomar as medidas necessárias ao resguardo de uma testemunha coata.
- Os crimes contra a honra previstos no Código Penal Militar (calúnia, difamação e injúria) são de ação \_\_\_\_\_.
- O inquérito policial militar é \_\_\_\_\_ quando só o fato já estiver esclarecido por documentos.
- Tanto o \_\_\_\_\_ quanto o inquérito policial militar têm o caráter de instrução provisória.

- A. (    ) cinco, uma, juiz, privada, prescindível, auto de prisão em flagrante.
- B. (    ) quatro, meia, juiz, pública, imprescindível, termo de deserção.
- C. (    ) cinco, uma, encarregado, privada, prescindível, auto de prisão em flagrante.
- D. (    ) **quatro, meia, encarregado, pública, essencial, termo de deserção.**

### **EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TEN QOPM e QOC / 2008**

**32ª QUESTÃO** - Em conformidade com as premissas abaixo formuladas, sobre o Código de Processo Penal Militar, assinale falso ou verdadeiro e, em seguida, aponte a resposta **CORRETA**, na ordem crescente:

1. ( ) Compete à polícia judiciária militar apurar os crimes militares, bem como os que não estão sujeitos à administração militar, e sua autoria.
2. ( ) O oficial de mesmo posto somente poderá ser encarregado de inquérito policial militar quando não for possível a designação de oficial de posto superior ao do indiciado.
3. ( ) Em sendo o indiciado um oficial da reserva remunerada, deverá a autoridade delegante observar, para a delegação, se o encarregado do inquérito policial militar é mais antigo do que aquele.
4. ( ) A polícia judiciária militar poderá ser delegada à oficiais da ativa, desde que, com fins bem especificados e dentro de uma órbita temporal limitada.
5. ( ) Não está no rol específico das atribuições de polícia judiciária militar, o atendimento dos pedidos legais e fundamentados de apresentação de militar ao Delegado de Polícia, embora seja uma conduta corriqueira e adotada como praxe na Corporação.
6. ( ) Os exames periciais contidos no bojo do inquérito policial militar têm, em regra, o caráter de perenidade no curso da ação penal, desde que confeccionado com as formalidades legais.

- A. ( ) V, F, V, V, V, V.  
B. ( ) **F, V, F, V, F, V.**  
C. ( ) V, V, F, F, F, F.  
D. ( ) F, V, F, V, V, V.

**33ª QUESTÃO** - Dentre as alternativas abaixo, assinale a afirmativa **CORRETA**, segundo o Código de Processo Penal Militar:

- A. ( ) **o local onde haja ocorrido a infração penal militar tem relevância para fins de instauração do IPM, de ofício, por parte da autoridade militar, ainda que envolva militares de unidades distintas.**
- B. ( ) o indiciado e as testemunhas só devem ser ouvidos durante o dia, sendo este útil, em período que medeie as sete e as dezoito horas.
- C. ( ) o inquérito policial militar deverá terminar em sessenta dias, quando o indiciado estiver solto, contados a partir da data em que se instaurar o respectivo procedimento.
- D. ( ) a interrupção do prazo para que a autoridade militar delegante substitua o encarregado do inquérito policial militar em razão da aparição de indícios do envolvimento de superior hierárquico, não será deduzida no cômputo geral (do prazo) que continuará a correr normalmente.

## **EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TEN QOPM e QOC / 2008**

**34ª QUESTÃO** - Marque a alternativa **CORRETA** sobre os processos especiais de deserção previstos no Código de Processo Penal Militar:

- A. ( ) o desertor que não for julgado dentro de sessenta dias, a contar do dia de sua apresentação ou captura, será posto em liberdade, salvo se tiver dado causa ao retardamento do processo.
- B. ( ) a diligência de localização do ausente é condição obrigatória para o processo de deserção, já que é necessária a comprovação de que o militar está em local incerto e não sabido.
- C. ( ) para o desencadeamento do processo de deserção, tanto o oficial quanto a praça com estabilidade, desertores, deverão estar agregados e ficarão, ambos, nessa situação, até suas apresentações voluntárias ou capturas.
- D. ( ) o ato de reversão da praça estável não é formalidade essencial para a persecução penal do crime militar de deserção.

**35ª QUESTÃO** - Em relação do Manual de Prática Policial, assinale a afirmativa **CORRETA**:

- A. ( ) a desproporção entre o número de policiais e o número de suspeitos é um fator que não influencia no nível de força aplicado numa abordagem.
- B. ( ) o disparo de arma de fogo justifica-se pelo simples fato de o cidadão infrator empreender fuga.
- C. ( ) o uso progressivo da força pelo policial é diretamente proporcional ao nível de submissão do suspeito.
- D. ( ) a verbalização é um importante nível de força que o policial se vale, mas, uma vez ultrapassada esta fase, não poderá ser mais utilizada.

**36ª QUESTÃO** - Para evitar uma ameaça direta é importante entender o processo mental envolvido numa agressão, que são os estágios de pensamento que uma pessoa tem que seguir para ferir o policial, e, em contrapartida, possibilitar ao militar ter potencial sucesso na atuação.

Segundo o Manual de Prática Policial, qual a fase do processo de pensamento que somente diz respeito ao policial, diferenciando-o do agressor?

- A. ( ) Decisão.
- B. ( ) **Certificação.**
- C. ( ) Identificação.
- D. ( ) Ação.

**37ª QUESTÃO** – Considera-se um modo peculiar de execução do policiamento velado, segundo a Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública n.º 01, de 25/03/02:

- A. ( ) o policiamento ostensivo.
- B. ( ) **o policiamento precursor.**
- C. ( ) a busca de informações operacionais para orientar as ações policiais-militares.
- D. ( ) a investigação criminal.

## **EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TEN QOPM e QOC / 2008**

**38ª QUESTÃO** - No que se refere à estruturação básica das Unidades de Execução Operacional da PMMG é **CORRETO** afirmar que:

- A. ( ) todas as Companhias de Missões Especiais são consideradas forças de reação das Regiões da Polícia Militar (RPM).
- B. ( ) o Regimento de Cavalaria Alferes Tiradentes (RCAT) é considerado força de reação da 8ª RPM.
- C. ( ) **é necessária a aprovação do Comando-Geral quando determinada Unidade Operacional da Instituição resolver propor novo processo de policiamento em sua respectiva área de responsabilidade territorial.**
- D. ( ) todas as Regiões da Polícia Militar (RPM) possuem Cia de Missões Especiais e de Trânsito Urbano e Rodoviário.

**39ª QUESTÃO** - São instrumentos de controle que são desenvolvidos por atividades expressas e formalmente previstas na Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública n.º 01-CG, de 25/03/02:

- A. ( ) supervisão operacional, fiscalização e inspeção.
- B. ( ) **visita, inspeção e supervisão técnica.**
- C. ( ) supervisão de Estado-Maior, supervisão técnica e fiscalização.
- D. ( ) supervisão operacional, supervisão operacional e fiscalização.

**40ª QUESTÃO** - A atuação do Estado, no exercício de seu poder de polícia ostensiva, desenvolve-se, conforme enfatiza a Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública n.º 01-CG, de 25/03/02, em quatro fases distintas denominadas:

- A. ( ) **ordem, consentimento, fiscalização e sanção de polícia.**
- B. ( ) ordem, consentimento, fiscalização e ação de polícia.
- C. ( ) ordem, consentimento, atuação e sanção de polícia.
- D. ( ) ordem, atuação, fiscalização e ação de polícia.